



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais - 3º andar - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901
Telefone: - www.planejamento.mg.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº I
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PLANEJAMENTO Nº 335/2017 - RP
73/2018**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/Subsecretaria de Gestão Logística, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Gerais, 13º andar- Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-901, inscrito no CNPJ sob o nº 05.461.142.0001-70, neste ato representado por Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, portadora do CPF 686.906.146-72, Subsecretária de Gestão Logística, designada por Ato do Governador, para responder pela Subsecretaria de Gestão e Logística da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, conforme Resolução de Competência nº 21 de 12 de março de 2018.

Nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002; Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001; Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013; pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008; nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013; nº. 45.902 de 27 de janeiro de 2012; nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007; nº. 37.924, de 16 de maio de 1996; nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009; nº 47.337 de 12 de janeiro de 2018; pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF/ JUCEMG nº 9.576 de 06 de julho 2016; nº 8.898 de 14 de junho 2013; nº 3.458/2003; pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, Resolução SEPLAG nº 13, de 07 de fevereiro de 2014; Resolução SEPLAG Nº. 10, de 08 de fevereiro de 2018, com suas alterações posteriores; Resolução SEPLAG nº 21 de 12 de março de 2018 e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 335/2017, conforme homologada pela Autoridade Competente da Subsecretaria de Gestão Logística/SEPLAG.

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas:

BENEFICIÁRIO DO LOTE 06

RAZÃO SOCIAL: AMMER COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DO BRASIL - EIRELI - EPP

ENDEREÇO: RUA MONTE LÍBANO, 271, LETRA A, PADRE EUSTÁQUIO, CEP: 30.730-450, BELO HORIZONTE/MG

CNPJ/MF: 19.876.529/0001-00

REPRESENTANTE LEGAL: JÚLIO CEZAR RIBEIRO DA SILVA FILHO

CI (RG): MG 13.157.315 SSP/MG

CPF/MF: 063.613.096-73

BENEFICIÁRIO DOS LOTES 03 e 10

RAZÃO SOCIAL: MULTIFARMA COMERCIAL LTDA

ENDEREÇO: RUA TRÊS, 283, PARQUE INDUSTRIAL NORTE, CEP: 33.200-000, VESPASIANO/MG

CNPJ/MF: 21.681.325/0001-57

REPRESENTANTE LEGAL: ERIKA PENHA VIANA

CI (RG): MG 11.274.727 SSP/MG

CPF/MF: 043.067.556-90

BENEFICIÁRIO DOS LOTES 08 e 11

RAZÃO SOCIAL: TECVIDA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

ENDEREÇO: RUA MARECHAL RONDON, 184, PLANALTO, CEP: 31.720-050, BELO HORIZONTE/MG

CNPJ/MF: 11.002.975/0001-75

REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANO COELHO ANDRADE

CI (RG): MG 1.741.564 SSP/MG

CPF/MF: 008.207.126-80

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual **Compra Estadual de Insumos**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

BENEFICIÁRIO DO LOTE 06

RAZÃO SOCIAL: AMMER COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DO BRASIL - EIRELI - EPP

												PREÇO - RES
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------------

LOTE	COD. CATMAS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	COMPLEMENTO ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNID. FORNE.	QTDE.	PREÇO HOMOLOGADO	CUNJ SEF/SEPLAG 3.458/2003	VALOR TOTAL
6	1493574	HIPOCLORITO DE SODIO - PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO; CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM: 2,5 %; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO; APRESENTAÇÃO: FRASCO 1 L; COMPONENTE: .;		CICLO CLORO 2,5% / CICLO FARMA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA EPP	FRASCO	1.810.821	R\$ 8,5122	R\$ 6,9800	R\$ 12.639.530,5800

BENEFICIÁRIO DOS LOTES 03 e 10

RAZÃO SOCIAL: MULTIFARMA COMERCIAL LTDA

LOTE	COD. CATMAS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	COMPLEMENTO ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNID. FORNE.	QTDE.	PREÇO HOMOLOGADO	PREÇO - RES CONJ SEF/SEPLAG 3.458/2003	VALOR TOTAL
3	1492462	GEL - IDENTIFICAÇÃO: GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO; COMPOSIÇÃO (1): BASE DE ÁGUA; NÃO GORDUROSO; COMPOSIÇÃO (2): SEM ODORE; TRANSLUCIDO; FORMA FARMACEUTICA: GEL; APRESENTAÇÃO: SACHE 5 G;		LUBRIGEL ÍNTIMO / CARBOGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1 UNIDADE	1.428.809	R\$ 0,4744	R\$ 0,3890	R\$ 555.806,7010
10	1496298	SERINGA PARA INSULINA - MATERIA-PRIMA: CORPO EMBOLO-POLÍMERO PLÁSTICO, AGULHA 6X0,25MM; CAPACIDADE: 50 UNIDADES, COM ESCALA DE 1 EM 1 UNIDADE;	SERINGA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA:CORPO ÚNICO, AGULHA ACOPLADA NO CORPO DA SERINGA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO (MONOBLOCO), CORPO EMBOLO-POLÍMERO PLÁSTICO,AGULHA METAL SILICONIZADO.SERINGA COM AGULHA 6 X 25 MM 31GCOM ESCALA DE 1 EM 1 UNIDADE, PARA APLICAÇÃO DE ATÉ 50 UNIDADES.	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA PARA INSULINA SR / SALDANHA RODRIGUES LTDA	1 UNIDADE	41.934.550	R\$ 0,3012	R\$ 0,2470	R\$ 10.357.833,8500

BENEFICIÁRIO DOS LOTES 08 e 11

RAZÃO SOCIAL: TECVIDA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

LOTE	COD. CATMAS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	COMPLEMENTO ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNID. FORNE.	QTDE.	PREÇO HOMOLOGADO	PREÇO - RES CONJ SEF/SEPLAG 3.458/2003	VALOR TOTAL
8	1073923	LANCETA AUTOMÁTICA - MATERIA-PRIMA: AGULHA; APLICAÇÃO: TIPO DESCARTÁVEL; TIPO: COM LÂMINA DISPARADA; CORTE: PARA PERFURAR DEDO; DISPARO DA LÂMINA: PARA OBTENÇÃO DE AMOSTRA SANGÜÍNEA CAPILAR;	AS LANCETAS DEVERÃO SER UNIVERSAIS, OU SEJA, COMPATÍVEIS COM DIVERSOS MODELOS DE APARELHOS LANCETADORES. LANCETAS PARA USO EM LANCETADORES DE USO DOMICILIAR, COM LACRE PROTETOR E ERGONOMICO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DE LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	LANCETA DESCARTÁVEL PARA LANCETADOR / CRAL ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA	1 UNIDADE	55.363.967	R\$ 0,2195	R\$ 0,1800	R\$ 9.965.514,0600
11	1500368	SERINGA PARA INSULINA - MATERIA-PRIMA: CORPO EMBOLO-POLÍMERO PLÁSTICO, AGULHA 8X0,30MM; CAPACIDADE: 100 UNIDADES, COM ESCALA DE 2 EM 2 UNIDADES;	SERINGA COM AGULHA 8 X 0,30 MM (30G); COM ESCALA DE 2 EM 2 UNIDADES;CAPACIDADE: PARA APLICAÇÃO DE ATÉ 100 UNIDADES; CORPO ÚNICO, AGULHAACOPLADA NO CORPO DA SERINGA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO (MONOBLOCO); AGULHA EM METAL SILICONIZADO.	SERINGA DE INSULINA DESCARTÁVEL COM AGULHA FIXA / TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITÁREIS LTDA	1 UNIDADE	45.440.377	R\$ 0,2561	R\$ 0,2100	R\$ 9.542.479,1700

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG/MG através da Subsecretaria de Gestão Logística.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMG.

2.2.2. Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG.

2.2.3. Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG.

2.2.4. Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

2.2.5. Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP.



- 2.2.6. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES.
- 2.2.7. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP.
- 2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311/13 e na Lei nº 8.666/93.
- 2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 2.5. Cada adesão por outros órgãos/entidades não poderá exceder ao quantitativo registrado para cada item na Ata de Registro de Preços, devendo o órgão gerenciador especificar o quantitativo que autoriza adesão, mantendo registro no procedimento licitatório.
- 2.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12(doze) meses, a contar da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada.
- 3.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.2. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo bens registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 4.3.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 4.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.
- 4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.4.1. Negociar os preços;
- 4.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação, sem que lhe seja aplicada a penalidade, quando a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e for confirmada a veracidade dos motivos devidamente comprovados ou;
- 4.4.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.
- 4.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 4.6. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 4.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.
- 4.8. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 4.9. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:
- 5.2. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 5.3. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.4. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 5.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 5.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.7. Por razões de interesse público;
- 5.8. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.
- 5.9. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES



- 6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante (a) instrumento contratual; b) emissão de nota de empenho de despesa; ou c) autorização de compra; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.
- 6.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
- 6.4. Previamente à formalização de cada contratação, caberá aos Órgãos participantes realizar consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação de sanções.
- 7.2. Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no Decreto Estadual nº 45.902 de 2012, artigo 38, quais sejam:
- 7.2.1. Advertência por escrito;
- 7.2.2. Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012:
- 7.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- 7.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 7.2.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
- 7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos.
- 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012.
- 7.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- 7.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto no termo de referência, bula do medicamento ou em contrato ou instrumento equivalente;
- 7.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens de suas parcelas;
- 7.3.3. Paralisação de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
- 7.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- 7.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- 7.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no subitem 7.2.1, 7.2.3 e 7.2.4.
- 7.4.1. A multa será descontada da garantia do contrato, quando existente ou será quitada por retenção dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrada judicialmente.
- 7.5. As sanções relacionadas nos subitens 7.2.3 e 7.2.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
- 7.5.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- 7.5.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 7.5.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 7.5.4. Não mantiver a proposta;
- 7.5.5. Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
- 7.5.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.5.7. Cometer fraude fiscal.
- 7.6. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo o licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. Cabe à Subsecretaria de Gestão Logística/SEPLAG gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Diário oficial de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47337/18.
- 8.2. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no que couber, todas as disposições relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9. CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.




Dagmar Maria Pereira Soares Dutra
Subsecretária de Gestão Logística


Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais


Júlio Cezar Ribeiro da Silva Filho
Ammer Comércio de Produtos Químicos do Brasil - Eireli - Epp


Erika Penha Viana
Multifarma Comercial Ltda


Luciano Coelho Andrade
Tevída comércio e Distribuição Ltda

 Documento assinado eletronicamente por **Erika Penha Gaigher Viana, Representante Legal**, em 16/04/2018, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

 Documento assinado eletronicamente por **Luciano Coelho Andrade, Representante Legal**, em 17/04/2018, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

 Documento assinado eletronicamente por **Julio Cezar Ribeiro da Silva Filho, Representante Legal**, em 19/04/2018, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

 Documento assinado eletronicamente por **Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, Subsecretário(a)**, em 23/04/2018, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0548719 e o código CRC 485BAF4B.